

## POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA A DISTÂNCIA NO INSTITUTO INSIKIRAN/UFRR: A LINGUA INDÍGENA EM FOCO

*POSSIBILITIES OF INDIGENOUS HIGHER DISTANCE TRAINING AT INSTITUTO INSIKIRAN/UFRR: INDIGENOUS LANGUAGE IN FOCUS*

*Leila Adriana BAPTAGLIN<sup>1</sup>*

*Paulo Fernando de Lucena Borges FERREIRA<sup>2</sup>*

**RESUMO:** este estudo tem por interesse compreender a necessidade da criação de Cursos Superiores de Língua Indígena à distância no Instituto Insikiran/UFRR. Visando adentrar em discussões teóricas que possibilitem melhor compreensão deste cenário buscamos trabalhar com estudos de Baniwa (2010), Bobbio (1992), Canclini (2004), Cavalcanti e César (2007), Fernandes (2008), Freitas (2003) e Meliá (1999), Maher (2007), McLAREN (2000). Para sistematização dos dados buscamos trazer, além das proposições teóricas uma pesquisa de campo com narrativas de professores do Insikiran/UFRR nas quais foi possível identificar proposições referentes à Formação Superior Multicultural em Roraima; às necessidades formativas da Educação Superior Indígena em Roraima e à Formação Superior de Língua Indígena a Distância. Proposições estas que sinalizam para a importância do trabalho do Insikiran/UFRR e para as possibilidades a serem estruturadas para a concretização de propostas de Formação Superior em Língua Indígena à Distância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Superior. Educação à distância. Língua Indígena.

**ABSTRACT:** This study intends to understand the need to create Higher Courses of Indigenous Language at a distance in Institute Insikiran/UFRR. In order to enter into theoretical discussions that make possible a better understanding of this scenario, we seek to work with studies by Baniwa (2010), Bobbio (1992), Canclini (2004), Cavalcanti and César (2007), Fernandes (2008), Freitas 1999), Maher (2007), McLaren (2000). In order to systematize the data we seek to bring, in addition to the theoretical propositions, a field research with narratives of Insikiran/UFRR teachers in which it was possible to identify propositions referring to Higher Multicultural Formation in Roraima; the training needs of the Higher Education Indigenous in Roraima and the Higher Formation of indigenous language at a distance. These proposals point to the importance of the work of Insikiran/UFRR and to the possibilities to be structured for the implementation of proposals for Higher Education in Indigenous Language at a distance.

**KEYWORDS:** Higher Education. Distance education. Indigenous language.

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo pretende compreender a necessidade da criação de Cursos Superiores de Língua Indígena à distância no Instituto Insikiran/UFRR. Esta visualiza possibilidades de disponibilizar um Curso Superior de Língua Indígena à Distância

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); professora na UFRR.

<sup>2</sup> Mestrando em Letras na UFRR.

diretamente nas comunidades locais de origem (e não apenas na capital), assumindo assim um novo posicionamento da formação acadêmica e de exercício cidadão de emancipação dos indivíduos que compõem esses núcleos sociais que são histórica e culturalmente diversificados.

Em respeito à diversidade de formação étnica de Roraima, mais especificamente relativa aos povos indígenas, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) criou no ano de 2009, por meio Resolução 009/2009-CUni (UFRR, 2009) o Núcleo Insikiran que contribui para a formação acadêmica e o exercício da cidadania intercultural que engloba direitos e liberdades já reconhecidos em demandas internacionais, tais como o direito à vida; à livre determinação dos povos; à justiça; à liberdade; igualdade de tratamento e de tutela diante da lei; liberdade de expressão; informação; direitos relativos às minorias étnicas, religiosas e linguísticas, bem como a ao exercício e reconhecimento de sua própria cultura. Atualmente este núcleo possui três cursos de graduação: Licenciatura Intercultural criado no ano de 2001, Curso de Bacharelado em Gestão Territorial em 2009 e o Curso de Bacharelado em Gestão de Saúde Indígena, criado no ano de 2012. Todos estes cursos são ministrados por meio de aulas presenciais na capital de Roraima, Boa Vista. Deve ser considerado que a maioria destes acadêmicos origina-se de comunidades indígenas localizadas nas mais diferentes partes do Estado, havendo necessidade investimento financeiro em transporte e habitação - sem os quais não cursam as graduações.

Atender essa demanda por formação acadêmica superior posta pelos povos indígenas significa reconhecer que estes possuem características socioculturais específicas; sem focar na individualidade, pode-se abranger de maneira ampla seus direitos coletivos. Deste modo, surge a possibilidade de pensar Estados Interculturais nos quais se privilegie e se valore contextos de diversidades culturais e elementos diferenciados de construção social (REPETTO, 2008). Para adentrar em discussões teóricas que possibilitem melhor compreensão deste cenário, buscamos os estudos de Baniwa (2010), Bobbio (1992), Canclini (2004), Cavalcanti e César (2007), Fernandes (2008), Freitas (2003) e Meliá (1999), Maher (2007), McLAREN (2000). Para a sistematização dos dados buscamos trazer - além das proposições teóricas acerca da Educação à Distância, da Formação Superior Indígena e da Língua Indígena - uma pesquisa de campo com narrativas de professores do Insikiran/UFRR que trabalham com as Línguas Indígenas a fim de proporcionar uma maior compreensão do cenário em estudo.

Compreender as demandas de Formação Superior em Língua Indígena em Roraima amplia o olhar para as possibilidades de ensino pois não existem ainda graduações com este teor; estão sendo disponibilizados apenas cursos de extensão acadêmica por professores falantes de línguas indígenas locais. Todavia, essa investigação junto às ações já realizadas no Insikiran pode possibilitar uma visão mais ampla sobre o direito de acesso à Formação Superior dos povos indígenas de Roraima dentro das

suas realidades multiculturais. Também podem despertar o interesse de outros estudiosos que aprofundem os estudos sobre este assunto.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INTERCULTURAL NO BRASIL

Os primeiros estudos sobre Formação Superior Indígena no Brasil foram desenvolvidos por Meliá na década de 1970. Com relação à educação e à formação pedagógica voltada aos indígenas, Meliá (1999), destaca:

A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo. O modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada um dos povos indígenas. O modo como se transmite para seus membros, especialmente para os mais jovens, isso é a ação pedagógica (MELIÁ 1999, p. 03).

Carvalho; Fernandes e Repetto (2009) destacam que diferentes culturas geram diferentes fontes de conhecimento que poderiam superar limites da razão, servindo como fontes de interação entre diferentes povos e diferentes indivíduos de maneira ampla e diversificada:

Poderíamos considerar a ciência como uma cultura do conhecimento que faz parte da cultura em sentido amplo. Assim entendemos que a ciência entendemos que a ciência é apenas parte do real, e por isso pode ser segmentada em disciplinas e áreas de conhecimento, o que nos obriga a buscar diálogos inter e transdisciplinares. Enquanto a cultura é uma realidade completa e auto-construída a partir do diálogo com outras culturas, que expressa uma visão do mundo, é um olhar sobre a totalidade do real, do todo, embora sempre o veja em parte. As culturas são fontes de conhecimento e auto-compreensão que superam os limites da razão, e nos levam a pensar nos limites do Ser (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2009, p. 101).

A cultura, conforme o destacado pelos autores, fundamenta-se na celebração do conhecimento em suas relações de diálogo social constante, multifacetando contextos, encontros de diferenciadas possibilidades de interação sociocultural, o que diretamente amplia o sentido, o entendimento e a visão de mundo. Para Tubino (2003) o multiculturalismo contribuiu para gerar tolerância e equidade cultural, do mesmo modo gerou também ilhas étnicas, sociedades paralelas que de algum modo fomentam outro etnocentrismo haja vista que, por vezes, um grupo cultural não consegue estabelecer trocas culturais efetivas com outro, originando novas demandas de inserção social. Assim, esse novo modo de compreender a cidadania intercultural se posiciona no entendimento de que os “povos indígenas existem muito antes da concepção ou criação do Estado” e, partindo deste entendimento, essa compreensão

deve motivar o resguardado das diferentes realidades e perspectivas de sua identidade cultural, legitimando suas demandas de direito no Estado (TUBINO, 2003, p.182).

Nesse processo de reconhecimento da identidade cultural diversificada, também se verifica a necessidade de uma formação acadêmica que se adeque aos contextos presentes nessa “formação cultural diferenciada dos povos indígenas”, como a exemplo de formações presentes no Estado de Roraima. Esse novo perfil acadêmico, encontra seu reflexo também nos elementos que construirão novos perfis profissionais que se adequem a diferentes realidades fluídas embasadas em amplas visões de mundo (GOMES; SILVA, 2006, p.15). Repetto (2008) entende que a defesa fundamental da cidadania intercultural deve absorver em seu conceito a concretização de uma sociedade, no qual a cidadania deixe de ser um conceito abstrato e homogeneizante, para gerar uma sociedade que respeite o direito das pessoas individualmente, bem como o direito das coletividades. Visando atender a essa demanda atual por uma formação acadêmica multiculturalizada, o Instituto Insikiran da UFRR, tem contribuído para a formação de profissionais que atendam às necessidades da comunidade local oferecendo o suporte necessário para que estes alunos possam atuar nas comunidades. Essa formação diferenciada tem possibilitado o exercício de uma cidadania intercultural que englobe direitos e liberdades já reconhecidos em demandas internacionais como o direito à vida, a livre determinação dos povos, à justiça, à liberdade, igualdade de tratamento e tutela diante da lei, liberdade de expressão, informação, direitos relativos às minorias étnicas, religiosas e linguísticas bem como e ao exercício e reconhecimento de sua própria cultura (BOBBIO, 1992).

A formação intercultural é individual, mas cria oportunidades de ampliação do reconhecimento de direitos coletivos valorizando diversidades multiculturais e pluriculturais em Estados Internacionais, “sem, no entanto, afetar sua unidade interna” (REPETTO, 2008, p.71). Este processo pode criar uma nova visão dos diferentes processos culturais formativos dos povos indígenas, visto que no decurso da história tem sido deixado de lado pelos indígenas mais jovens que buscam os grandes centros urbanos para viverem e conduzirem suas vidas, esquecendo-se de como foram construídas suas culturas, as conquistas e perseguições que seus povos sofreram e ainda assim, persistem na defesa da paz e da unidade de seus povos. Nessa idealização, a Formação Superior Indígena tem contribuído por valorizar as riquezas culturais desses povos, colaborando academicamente e cientificamente para que esses diferentes profissionais, em suas comunidades, tratem de suas peculiaridades e diversidades culturais de maneira altruísta, integral e relevante, provocando o autoconhecimento e a valorização das origens culturais. Tal posicionamento ainda se propaga na comunidade local, valorizando seus conceitos e auto percepções indentitárias tão necessárias.

Cada vez mais os povos indígenas no Brasil buscam o reconhecimento de suas especificidades culturais que implicam em modificações não homogeneizadas dentro de formações interculturais especificadas. Da análise e abordagem nos centros de estudos, sejam acadêmicos, sejam de Formação Superior, emerge uma perspectiva

que contribui na sociedade local, aumentando a percepção de como cada vez mais, os núcleos sociais diversificados em seus pluralismos culturais; tornam-se ricos em suas peculiaridades culturais e seus conhecimentos multiculturalizados.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

A política nacional com viés de Formação Superior por meio de diferenciados conteúdos em território nacional é baseada no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI. São diretrizes e orientações fundamentais para o trabalho com diferentes áreas do saber com propósito de formação nas escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental. Conforme prevê o Ministério da Educação, o RCNEI tem por finalidade oferecer bases orientadoras para o desenvolvimento de programas de educação escolar no contexto indígena, atendendo aos seus próprios interesses e peculiaridades. No entanto, este contexto, não pode, ou não deveria afastar-se de princípios como pluralidade cultural e equivalência de tratamento para os cidadãos como um todo. Tal posicionamento também deve ser fundamento para a elaboração de material didático para a formação de professores indígenas (BRASIL, 1998).

Paladino (2012) constata hoje no Brasil a existência de vinte e seis Licenciaturas Interculturais funcionando junto às Universidades Públicas, cursos financiados pelo Ministério da Educação e voltados exclusivamente para a formação de professores; mas isso pode ser ampliado, contemplando até mesmo a Educação a Distância. Surgem, aos poucos, bacharelados específicos, como por exemplo, em Gestão Territorial Indígena, e Faculdades Interculturais. A política de cotas também propicia o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior por meio de reserva de vagas nos processos seletivos e de vagas suplementares em cursos regulares convencionais favorecendo um movimento de descoberta e valorização da própria cultura como algo que está posto num panorama de modificação construtiva de novos processos históricos, ampliando a “percepção de que os direitos individuais e coletivos diversificados” são direitos históricos, cuja gênese está fecundada nas experiências vividas por um núcleo social através dos tempos (BOBBIO, 1992, p. 18).

Pode-se compreender que há um grande interesse dos povos indígenas pelo ensino superior, relacionando essa demanda com a aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e invisibilidade. A educação superior pode servir, portanto como:

[...] ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades (BANIWA, 2010, p.8).

Conforme Baniwa (2010) a universidade está aliada à afirmação do indivíduo, partilhando da crença que há, no olhar estimado do outro, a possibilidade de cons-

truir ou reforçar a autoestima coletiva dos povos ameríndios, reforçando assim as suas identidades étnico-culturais. Nas palavras de Fernandes (2008), informando de que há uma grande necessidade de acesso aos professores indígenas à qualificação superior de suas formações acadêmicas, verificamos:

É importante ressaltar a necessidade em formas específicas de ingresso para indígenas e, sobretudo, de estratégias para garantir a permanência dos mesmos no ensino superior, uma vez que somente possibilitar o ingresso, não é suficiente para garantir a formação. Dessa forma, pode-se afirmar que a atuação dos Núcleo Insikiran foi um avanço sem precedente. Prova disso é que em 2007 ingressaram 71 novos estudantes indígenas somente por meio de Processo de Seleção Específica na UFRR, sem contar os que entraram por processo regular (5 alunos), e nas faculdades particulares. [...] Há que se garantir a criação de políticas permanentes nessas instituições caso do Curso da Licenciatura Intercultural. Há também que se reforçar o segundo elemento deste processo, que hão de garantir a permanência dos estudantes nos cursos para que consigam concluí-los com êxito. Somente assim os estudantes poderão atender as suas comunidades e contribuir com a melhoria da qualidade de vida das mesmas (FERNANDES, 2008, p. 42).

Compreender as implicações necessárias às especificidades dos povos e suas culturas é trazer ao debate a desconstrução de um paradigma homogeneizante pois seria um equívoco não levar em consideração que há diferentes características cognitivas e culturais estando desigualmente distribuídas (CANCLINI, 2004). Respeitar essas individualidades é respeitar nosso próprio mundo pois nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse. A distância para compreender inicia o processo dialógico à medida que conhecer significa reconhecer a presença do outro: a compreensão sempre é, em certa medida, dialógica (BAKTHIN, 1992). Com relação a esta temática Silva (2011) destaca que a valorização da identidade tem forte relação sociológica e representativa, somada a uma grande quantidade de elementos nessas relações, podendo servir de recurso ou viés transformador dos envolvidos. Essas representações somam contribuições culturais, experiências formativas e a construção de possibilidades para o exercício cidadão desses indivíduos. Hall (1999) define os elementos presentes nessas interações sociais diversificadas e amplas como fluidez cultural, pois estão em constante modificação, reestruturação e interação. Essas interações amoldam-se às necessidades nas quais esses indivíduos estão inseridos, vivendo suas histórias de vida.

*Cavalcanti e César (2007), de igual modo, destacam que essa interação social evidencia-se por meio de identidades com amplas traduções e significações, como a exemplo das identidades culturais presentes nos povos indígenas de Roraima. À medida que as instituições de Formação Superior valorizam a necessidade de acesso ao ambiente acadêmico por parte de diferentes grupos sociais temos uma perspectiva de construção democrática. Xavier e Cortez (2003)*

informam que existe uma enorme influência nos modos culturais em diferentes instâncias e modos de pensamento humano e isso deve ser tido como uma oportunidade formativa para o conhecimento e conservação da cultura que faz parte da identidade do povo brasileiro. A Formação Superior indígena abrange a necessidade de uma diversificada capacitação acadêmica aos professores indígenas que possibilite a inserção em suas culturas de modo a defender, disseminar e propagar uma identidade indígena plena e carregada de sentimento de cultura e tradições que permeiam longos processos históricos.

### 2.3 EDUCAÇÃO INDÍGENA A DISTÂNCIA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA INTERCULTURAL

Em tempos atuais existem povos indígenas de difícil acesso aos grandes centros urbanos. Devido a esta realidade vivenciada pelos indígenas, se faz necessário a utilização do ensino a distância para formação acadêmica dentro de comunidades. Segundo Alvarez (2004):

O CDI - Comitê para Democratização de Informática trabalha em comunidades de baixa renda com instituições que atendam públicos com necessidades especiais como [...] a população indígena. O domínio das novas tecnologias e abre oportunidades de trabalho e de geração de renda e a possibilidade de sociabilidade (ALVAREZ, 2004, p.18).

A exemplo desta necessidade de formação dentro das especificidades indígenas, pode-se citar a grande demanda por formação acadêmica por meio de educação à distância. Pode-se lembrar também o projeto *Trilhas de Conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil/LACED-Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro*, que vem disponibilizando conteúdos para curso de aperfeiçoamento dentro da metodologia de Educação à Distância.

O curso destina-se a capacitar gestores e técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, assim como de universidades que estejam atuando na formação superior de indígenas. Em sua estrutura, o curso contará com três disciplinas de 30hs cada, num total de 90hs, com textos básicos, textos e vídeos auxiliares em uma biblioteca a ser disponibilizada pelos alunos, acompanhados por tutores treinados especificamente para atender ao público participante.

O Curso é disponibilizado por meio de plataforma disponibilizada por meio acesso em internet bem como em CDs-Rom, para aqueles que não tiverem acesso com facilidade à rede mundial de computadores. Todo desenvolvimento da formação é acompanhada com a ajuda de tutores on-

line. O Curso possui certificação reconhecida pelo MEC (TRILHAS DO CONHECIMENTO, 2018).

Essas possibilidades apresentadas com o uso da internet devem e podem ser utilizadas para a formação indígena, pois os interessados não necessitam se deslocar até as sedes de município ou cidades vizinhas para cursarem a faculdade. Ali, no ambiente de suas comunidades essa formação pode se formalizar e se efetivar. Para se compreender as dificuldades enfrentadas quanto à questão da formação superior e o papel dela nas comunidades devemos compreender as necessidades de adequação desta mesma formação às especificidades presentes nos direitos e multiculturalismos destas sociedades diversificadas. O Parecer da Câmara da Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE de n.º 14 (BRASIL, 1999, p.14) afirma que a formação do professor indígena deve se dar de acordo com a “sua própria escolarização”. Esse parecer observa que a formação do professor indígena pressupõe o comprometimento com um currículo de formação diferenciada adequada às suas especificidades, formação multicultural e processo histórico de desenvolvimento baseado em elementos de etnicidade. Essa formação deve, portanto, abranger, necessariamente:

- Capacitação para a elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as “Escolas indígenas”;
- Capacitação para produzir material didático-científico;
- Capacitação para um ensino bilíngue, o que requer conhecimento em relação aos princípios de Metodologia de ensino de segundas línguas, seja a segunda língua em questão a língua portuguesa ou a língua indígena;
- Capacitação sociolinguística para o entendimento dos processos históricos de perda da linguística, quando pertinente;
- Capacitação linguística específica, vez que, de maneira geral, cabe a este profissional a tarefa de liderar o processo de estabelecimento de um sistema ortográfico de língua tradicional de sua comunidade;
- Capacitação para a condução de estudos de cunho linguístico e antropológico, uma vez que este profissional, enquanto necessariamente, autor e condutor dos processos de elaboração de materiais didáticos para as escolas indígenas, devem ser capazes de:
  - a) realizar levantamentos de literatura indígena tradicional e atual;
  - b) realizar levantamentos étnico-científicos;
  - c) lidar com o acervo histórico do respectivo povo indígena;
  - d) realizar o levantamento sócio-geográfico de sua comunidade (BRASIL, 1999, p.14).

Tardif; Lessard (2011, p.39), sustentam que os saberes são elementos constitutivos da prática docente e, nesse sentido, o professor deve conhecer



os conteúdos “[...] da matéria, sua disciplina e seu programa, possuindo ainda conhecimentos pré-constituídos com relação à educação e à pedagogia”. Compreender essas realidades possibilita que as atividades pedagógicas voltadas ao aprendizado e a formação se desenvolvam de maneira prática e contínua pois a prática docente não é apenas um objeto das ciências da educação, mas é uma atividade que mobiliza diversos saberes denominados pedagógicos e estes segmentos que são provenientes de reflexão sobre a prática educativa articulam-se com as ciências da educação. Os desafios voltados à preocupação com a formação de professores que atendam as comunidades indígenas, mais especificamente os professores indígenas, permanecem pois ainda há muito por ser feito.

A formação superior à distância pode ser um meio de levar conhecimento às mais diversas localidades dentro dos contextos culturais apresentados neste estudo. Ainda assim, essas políticas pedagógicas devem construir e consolidar essa realidade. O papel das Universidades nacionais e Centros Acadêmicos sejam eles públicos ou pertencentes às redes privadas é identificar e viabilizar o acesso de indígenas à educação superior assim como de outros grupos étnicos e sociais em condições desigualdade, precisando urgentemente que essas instituições possam ir além dos mecanismos comuns para disponibilização de vagas. O desafio aplica-se também à formação continuada dos professores universitários visando à construção de um currículo que seja de fato multicultural e multiculturalizado, atendendo às especificidades dos diferentes grupos étnicos e culturais brasileiros, incluindo aí as aspirações dos povos indígenas por uma educação superior diferenciada e de qualidade.

### **3 CURSO DE FORMAÇÃO SUPERIOR EM LÍNGUA MACUXI A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES EVIDENCIADAS PARA O INSIKIRAN – UFRR**

Entre suas atribuições, o Insikiran/UFRR detém a incumbência de viabilizar a formação acadêmica multicultural por meio das atividades administrativas e formativas conforme bem explica Carvalho, Fernandes, e Repetto (2008) pois apóia políticas públicas educacionais e atitudes institucionalizadas que atendam os interesses dos povos indígenas em Roraima. Apesar disso, o Insikiran/UFRR até o presente momento tem ofertado à comunidade geral, em se tratando de cursos de Língua Indígena (Macuxi e Wapishana), apenas cursos de extensão, não havendo, por exemplo, um curso de formação de professores (graduação) com essa finalidade. Assim, o que se tem ensinado no Instituto Isikiran origina-se da experiência de indígenas que se comunicam em Língua Indígena nas suas comunidades de origem e, devido a esta experiência pessoal, deslocam-se até a cidade para lecionarem com ajuda de dicionários e alguns manuais já publicados para auxiliar o aprendizado dessas línguas.

Sobre isto, Oliveira (2003, p.39) informa que a Declaração dos Direitos Linguísticos, mais precisamente em seus artigos 46 e 23, diz que estabelece que “toda comunidade linguística tem direito à preservação de seu patrimônio linguístico e cultural”; de igual modo, Santos (1975) esclarece que as instituições de Ensino Superior devem ofertar possibilidade de formação acadêmica voltada às necessidades de povos com constituição étnica, histórica e cultural altamente diversificadas, como a exemplo dos povos indígenas de Roraima. Isso só vem enobrecer os direitos diversificados das minorias. Maher (2007), também tecendo comentários sobre a Formação Superior de professores de Língua Indígena, destaca que não há como se considerar diversidades culturais sem abranger possibilidades, aos povos indígenas, de conhecerem, entenderem e dominarem a língua de seus antepassados. Somente desta forma seria viável a conservação e o resgate culturais tão necessários a esses indivíduos.

Somente por meio dessas atitudes institucionais e pedagógicas, de acordo com o que afirma Ayala (2001), poderemos assumir uma luta mais ampla contra a segregação, o isolamento e a deterioração da identidade cultural presente nos pluralismos culturais, tal qual nos povos indígenas de Roraima. A efetivação de contextos pedagógicos multiculturais é imprescindível ao atendimento das demandas desses grupos. A Formação Superior Indígena possui muitas perspectivas a serem pensadas como estratégias de formação de profissionais que possam, de maneira efetiva, corresponder às realidades das comunidades indígenas em Roraima. Contudo, muito se tem feito, para criar oportunidades que favoreçam mecanismos multiculturais, sejam de didáticas formativas, sejam de acesso a conteúdos que integrem estratégias de ensino inclusivas aos alunos indígenas. Tratando disto, buscamos junto a professores que trabalham com essa proposta no Instituto Insikiran, compreender a necessidade da criação de um Curso Superior de Língua Indígena à distância no Instituto Insikiran/UFRR. Nesta etapa, dois professores (Professor 01 e Professor 02) foram contatados e, a partir de entrevistas formais e informais contribuíram para esta pesquisa. A partir das entrevistas, os dados foram transcritos e segundo Manzini (2006) com essa transcrição podemos ter uma melhor compreensão a de um determinado cenário em estudo. Para melhor estruturação da pesquisa organizamos o texto de análise em categorias, quais sejam: Formação Superior Multicultural em Roraima; Necessidades formativas da Educação Superior Indígena em Roraima e, Formação Superior de Língua Indígena à Distância. Ao Tratarmos da *Formação Superior Multicultural*, o Professor 01 descreve-a como a “formação que se comunica com múltiplas culturas convivendo e trocando experiências de formação”. Já o professor 02 destacou que o perfil de professor com Formação Superior “entende a realidade das diferentes comunidades indígenas de Roraima, compreendendo como as suas vivências participam dessa realidade no ambiente da faculdade”.

Nesta perspectiva, Fleuri (2001) afirma que a perspectiva multicultural pode favorecer a diversidade de aprendizagens e de contatos culturais no ambiente acadêmico pois a multiplicidade de práticas culturais que se encontram geram imbricações as quais confrontam sujeitos díspares e ampliam significações e trocas culturais coleti-

vas. Na *Formação Superior Multicultural em Roraima* o professor 01 destaca o quanto o “multiculturalismo pode favorecer o aluno no sentido deste compreender que não é só o ponto de vista dele que deve participar do ambiente acadêmico, mas o de outras culturas também, de outras visões de mundo, bem como outras formas de vivenciar culturas diferentes”. E, ao trazer os pressupostos do trabalho realizado pelo Insikiran destaca a boa atuação da instituição a qual, através do “Insikiran/UFRR, tem permitido um ambiente de formação com amplos recursos para que diferentes povos e culturas troquem e adquiram conhecimentos, bem como possam manifestar de modo muito amplo suas realidades”. Destaca ainda a necessidade de “ampliar a abrangência da Formação Superior para alguns povos específicos em seu acesso, como no caso do Ingarikó e Yanomami”.

O professor 02 relaciona essa realidade ao fato de que o “multiculturalismo pode proporcionar uma visão mais ampla da vida do indígena, das diferentes comunidades e como essa visão está em contato com os conteúdos de sua formação acadêmica”. A título de exemplo, deve-se lembrar o quanto a Língua Indígena pode ajudar o aluno a compreender a realidade de sua comunidade falante dessas línguas, as quais ele não compreende ou compreende apenas um pouco. Destaca ainda que “os povos indígenas tem tido muitos benefícios com essa formação diferenciada presente no Insikiran/UFRR, pois por meio dela os alunos indígenas podem obter formação acadêmica necessária para atuarem com qualidade nas suas comunidades de origem”. Sobre isto, MacLaren (2000) afirma que à Formação Superior multicultural soma-se o papel democrático das universidades, correspondendo a um incentivo acadêmico para o atendimento de demandas das comunidades indígenas espalhadas pelo Brasil. Os cursos de Formação Superior adequam as propostas formativas e a grade curricular às realidades e às demandas das comunidades de origem desses alunos. Portanto, essa formação possibilita a emancipação desses povos, tornando-os detentores de oportunidades iguais àquelas que os não índios têm acesso.

Com relação às *necessidades formativas da Educação Superior Indígena em Roraima*, o professor 01 que a “UFRR tem feito muito pela interação e troca cultural entre os diferentes povos indígenas de Roraima, no entanto nem tudo está sendo valorizado, uma vez que há ainda perspectivas mais específicas, por exemplo, no caso de alunos Yanomami”. Neste caso (alunos Yanomami), “o aprendizado deveria ser mediado por um intérprete, o que ainda não é disponibilizado no Insikiran e isso pode ocasionar dificuldades no acesso ao conhecimento formativo na faculdade”. Para o professor 02 a Formação Superior multicultural disponibilizada pela UFRR e o Insikiran “tem sido suficiente uma vez que entende melhor a realidade do aluno indígena de sua comunidade, sendo que essas realidades podem melhorar, pois algumas etnias ainda encontram a barreira presente na língua nesse processo de aprendizagem”. Essas informações ajudam a compreender a realidade dos alunos indígenas em Roraima e a necessidade de ampliar a abrangência da Formação Superior indígena; dificuldades de acesso, permanência e adaptação ao ambiente urbano tem sido apresentadas pelos acadêmicos indígenas como fatores recorrentes de dificuldades.

Ao tratarmos da *Formação Superior de Língua Indígena à Distância*, o professor 01 destaca que “seria de grande valia, pois nem sempre os alunos conseguem chegar à capital para obterem uma formação acadêmica”. Ele conclui: “ainda não há nenhum curso de formação superior em uma das várias línguas indígenas de Roraima, sendo este um tema que deve ser considerado pela UFRR, visto que traria muitos benefícios para os seus participantes”.

Segundo o professor 02 “os professores que lecionam no Insikiran em cursos de extensão de Língua Indígena (Macuxi e Wapichana) são falantes da língua sem uma formação acadêmica nessa área para esta finalidade”. Os ministrantes dos cursos de extensão, conforme o professor 02, “são moradores das comunidades indígenas que aprenderam com seus avós, seus pais, seus parentes de convívio comum e desenvolveram o domínio da língua”. Destacou que “seria muito interessante uma formação acadêmica neste sentido, pois ajudaria a criar profissionais para atuar em sala de aula”. O professor ainda frisou que isso “serviria para revitalizar a cultura dos povos indígenas de Roraima evitando que esse conhecimento dessas línguas se perdesse com o tempo”. Para Freitas (2003), à medida que as Instituições acadêmicas assumem esse papel, criam-se mecanismos para garantia de direitos presentes no resguardo do exercício cultural dos povos e minorias historicamente constituídos por meio de diferentes processos e diversificados contextos culturais, cedendo ao apelo do outro, de suas realidades e visões de mundo.

Pode-se perceber neste estudo breve e sintetizada que a UFRR tem cumprido de maneira efetiva seu papel no que diz respeito à Formação Superior Indígena multicultural atendendo a essa demanda local em Roraima; contudo, a Formação Superior de Língua Indígena a distância ainda é um ponto a ser trabalhado na concretização de alternativas para maior abrangência do trabalho realizado pelo Insikiran/UFRR.

## CONCLUSÕES

O multiculturalismo surge como uma oportunidade de trocas culturais realizadas em diferentes realidades, no exercício de interação social dos indivíduos e nas suas vivências diárias. As instituições de formação superior no Brasil também participam deste contexto. Roraima possui uma formação cultural ampla com diferentes povos indígenas que atuam neste cenário de maneira direta, constante. A UFRR tem servido como um celeiro de formação de profissionais no mercado local, disponibilizando seus acadêmicos, tanto indígenas como não indígenas oportunidades equitativas de conhecimento e capacitação técnica para o mercado de trabalho; também permite expressões culturais, trocas de experiências que, pouco a pouco, desmistificam conceitos, reelaboram oportunidades de conhecimento que podem servir como instrumentos de valorização cultural dos povos originários locais.

A Formação Superior Indígena multicultural é uma forma de reconhecer os direitos destes povos - cultural e etnicamente diversificados entre si – e de favorecer

a criação de oportunidades de conhecimento e de interação no interior das comunidades indígenas de Roraima. O desenvolvimento destas comunidades pode ser fomentado com profissionais que vieram a UFRR em busca da realização de sonhos e adquiriram ferramentas suficientes para o exercício da cidadania. Esses ambientes de formação acadêmica devem compreender que mesmo abrangendo contextos de identidade cultural diversificada, formação étnica diferenciada (como nos povos indígenas de Roraima e na realidade dos alunos que tem tido acesso à Formação Acadêmica multicultural na UFRR por meio do Insikiran) é possível formar professores para a área do conhecimento Língua Indígena. Notadamente, como o observado nos relatos dos professores do Instituto Insikiran/UFRR muito se tem feito para valorizar o acesso desses indivíduos à formação superior. No entanto, ainda está presente e latente necessidade de que se amplie horizontes formativos para as demandas daqueles alunos que queiram obter uma formação superior em Língua Indígena. Viabilizar essa oportunidade à formação superior resolveria satisfatoriamente problemas de acesso a alunos que moram em comunidades mais distantes que nem sempre conseguem transporte para vir à cidade ou local para se hospedarem, a fim de cumprir essa etapa em suas formações de conhecimento.

Compreender que essa demanda cria a oportunidade de se pensar um curso na modalidade a distância em suas comunidades de origem, o que pode favorecer a formação de profissionais atuantes em seu contexto social, cumpridores do nobre papel de revitalizar a cultura de seu povo. Este estudo serve como uma reflexão que visa compreender esses contextos e esclarecer outros mais que possam contribuir para ampliar o debate sobre a Formação Superior Indígena multicultural.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, R. CDI amplia parcerias em prol da inclusão digital. In: *Associação Brasileira de Ações Não-Governamentais, uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável*. 2004. Disponível em: <[http://www.abong.org/novosite/informes\\_pag.asp?cdm=1922](http://www.abong.org/novosite/informes_pag.asp?cdm=1922)>. Acesso em 14 de mar. de 2018.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BANIWA, G. Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. In: CONAE, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: MEC, 2010.
- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC, 1998.
- CANCLINI, N. G., *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Buenos Aires: Gedisa, 2004.
- CARVALHO, F., FERNANDES, M. L., REPETTO, M. *Acesso e permanência de indígenas ao ensino superior: O Programa E'ma Pia, UFRR*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009.

- CÉSAR A. L.; CAVALCANTI, M. C. Do singular para o multifacetado: *o conceito de língua como caleidoscópio*. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). *Transculturalidade, linguagens e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 45-66.
- FERNANDES, M. L. Indígenas no ensino superior: vagas específicas na UFRR. In: REPETTO, M.; FERNANDES, M. L.; NEVES, L. (Org.). *Universidade inconclusa: os desafios da desigualdade*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.
- FLEURI, R. M. *Intercultura: estudos emergentes*. Ijuí. Ed. Unijuí-RS, 2001.
- FREITAS, D. B. A. P. *Escola Makuxi: identidades em construção*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, UNICAMP, Campinas, 2003.
- GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. *Experiências étnico-culturais para formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MACHADO, A. *Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 02 de maio de 2018*. Boa Vista, 2018.
- MAFRA, C. W. *Entrevista concedida por meio de aplicativo de rede social em 25 de maio de 2018*. Boa Vista, 2018.
- MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 67-94.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (orgs.). *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.
- McLAREN, P. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- MELIÁ, B. Educação indígena na escola. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 49, p. 11-17, 1999.
- OLIVEIRA, G. M. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em políticas linguísticas*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; Florianópolis: IPOL, 2003.
- SANTOS, S. C. *Educação e sociedades tribais*. Porto Alegre: Movimento, 1975.
- PAREDES, J. B. B. Educação indígena e identidade. In: ASSIS, Eneida (Org.). *Educação Indígena na Amazônia: experiências e perspectivas*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará, 1996.
- REPETTO, M., et al. *Propostas em cidadania intercultural*. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.
- SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- TUBINO, F. Ciudadanías Complejas y Diversidad Cultural. In: N. Vigil & R. Zariquiey (org.). *Ciudadanías Inconclusas*. El ejercicio de los derechos sociedades asimétricas. GTZ – PUCP: Lima, 2003. p. 167-191.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual, in: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (orgs.). *Conversas com Linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

---

Recebido em: 26/04/2019.

Aceito em: 26/06/2019.

